

IMPACTOS DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DOS MUNICÍPIOS DE PAULICÉIA E TUPI PAULISTA-SP

Maria Joseli Barreto¹
Fernando Veloso²

Resumo: A Região Administrativa de Presidente Prudente, localizada no oeste do estado de São Paulo, é uma área em expansão da atividade canavieira, principalmente a partir da metade dos anos 2000. Todavia, a região também conta com Assentamentos de Reforma Agrária, fruto de ações dos movimentos sociais de luta pela terra, que desde a década de 1990, reivindicam sua implantação em áreas de terras devolutas. O texto tem como objetivo analisar os impactos da expansão da lavoura canavieira nos Assentamentos Rurais dos municípios de Paulicéia e Tupi Paulista, cercados por grandes áreas de lavouras de cana-de-açúcar. Em termos de procedimentos metodológicos efetuamos revisão bibliográfica, coleta de dados de fonte secundária e a realização de pesquisa de campo nos municípios de Tupi Paulista e Paulicéia, por meio de entrevistas com técnicos de extensão rural, representantes de associações de produtores e os assentados. De modo geral, os assentados relataram problemas de contaminação de lavouras e conseqüentemente perda de produção, em razão do sistema de pulverização aéreo amplamente utilizado pelo agronegócio canavieiro, como também eventuais queimas nos canaviais em áreas adjacentes, que também ocasionam prejuízos na produção.

Palavras-Chaves: Agronegócio Canavieiro; Agrotóxicos; Assentamentos Rurais e Produção de Alimentos.

INTRODUÇÃO

De modo geral, o capital agroindustrial canavieiro, tem historicamente se beneficiado com recursos estatais, que por sua vez tem viabilizado a expansão e o fortalecimento do segmento em todo território nacional.

No estado de São Paulo não é diferente. Embora tenha se destacado na economia nacional a partir do início do século XIX, sua grande expansão aconteceu apenas a partir da crise de 1929, com o declínio da produção cafeeira. A abertura de espaço para outras culturas permitiu a expansão progressiva da produção de cana-de-açúcar, que passou a se desenvolver de forma progressiva, sobretudo nas regiões de Ribeirão Preto e Araraquara, até então ocupadas pelos cafezais (ALVES, 1991; RAMOS, 1999; SOARES, 2000, BARRETO, 2008).

No final da década de 1940 e início da década de 1950 o estado de São Paulo já liderava a produção nacional de açúcar e álcool. Mas, o aporte financeiro, somado a intervenção estatal, via PROÁLCOOL, assegurou sua expansão de forma expressiva, em todo território paulista, a partir da construção de novas unidades agroprocessadoras, as destilarias autônomas anexas e extensão massiva dos canaviais a partir da década de 1970. O PROÁLCOOL incluiu no circuito da produção canavieira, regiões que até então não

¹ Doutoranda em Geografia pela FCT/UNESP de Presidente Prudente. Membro do Centro de Estudos de Geografia e Trabalho – CEGeT e do Coletivo Cetás. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP e vinculada ao Projeto Temático “Mapeamento e análise do território do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema - São Paulo - Brasil”. E-mail: joselibarreto5@yahoo.com.br

² Doutorando em Geografia pela FCT/UNESP de Presidente Prudente. Membro do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária - GEDRA. Bolsista FAPESP. E-mail: fer_velozorro@yahoo.com.br

desenvolviam a produção da monocultura da cana-de-açúcar. Dessa forma, a partir desse programa, as regiões de Presidente Prudente, Assis e Araçatuba entraram na esfera produtiva de álcool carburante (RAMOS, 1999; SOARES, 2000).

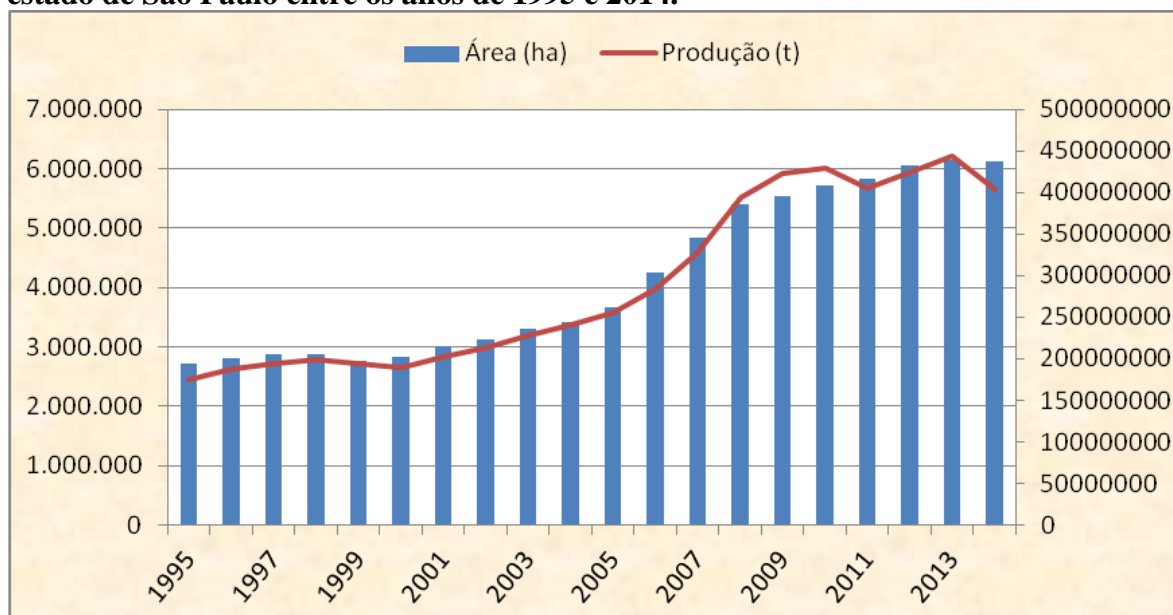
Para Thomaz Jr (2002), o PROALCOOL foi uma medida tanto para construir novas alternativas energéticas, quanto para proporcionar privilégios à classe produtora, ou seja, favorecer/fortalecer em especial produtores canavieiros com problemas financeiros. Além disso, o autor acrescenta que o programa se consolidou organicamente em escala nacional, quando estrategicamente o Estado se articulou ao setor automobilístico, através de estímulos à venda/compra de veículos a álcool, com base em incentivos fiscais aos consumidores.

Cabe salientar que, embora o Estado conservasse interesse em desenvolver uma nova matriz energética, visando à substituição da energia fóssil, também visava *amparar* usineiros com problemas financeiros no cenário nacional. Além disso, na RA de Presidente Prudente, a expansão do PROALCOOL agregou outros interesses, pois atendeu as reivindicações de latifundiários/grileiros estabelecidos na região, que pleiteavam junto ao governo políticas de desenvolvimento e valorização de suas terras.

Nesse sentido, Ramos (1999) acrescenta que a expansão e o fortalecimento da produção canvieira no estado de São Paulo foram beneficiados pela centralização regional do processo de industrialização da economia brasileira, que viabilizou a construção de novas unidades agroprocessadoras e a expansão de canaviais. Além do mais, o fato dos “usineiros paulistas” serem inicialmente, em sua maioria, cafeicultores e comerciantes e terem ligações com a nascente indústria de equipamento e grandes latifundiários facilitou o acesso aos benefícios estatais (THOMAZ JR, 2002; VIAN, 2003).

De certo modo, esses benefícios, refletem nos recursos disponibilizados para os grandes grupos e empresas canvieiras implantados no estado de São Paulo, demonstrando que, do ponto de vista da distribuição geográfica, os financiamentos têm se concentrado de forma expressiva na região Centro-Sul. (Gráfico 1).

Gráfico 1- Área Cultivada (em hectares) e produção de cana-de-açúcar (toneladas) no estado de São Paulo entre os anos de 1995 e 2014.



Fonte: Instituto de Economia Agrícola³

Organização: BARRETO, 2015.

³Acesso <<http://www.ciagri.iaea.sp.gov.br>>.

Nesse sentido, Ramos (1999) ressalva que os dados referentes às intervenções estatais programas, projetos, decretos e leis construídos ao longo da história do capital canavieiro evidenciam que esse complexo se constitui num setor da economia brasileira, que por meio da política agrícola goza de amplos privilégios, o que lhes favorece o crescimento, sobretudo os representantes do capital canavieiro paulista.

Nesse caso, o Gráfico 1 evidencia a expansão em termos de área cultivada e da produtividade dos canaviais paulista entre os anos de 1995 e 2014. Ou seja, desde o ano de 1995 a área cultivada com a cultura da cana-de-açúcar vem crescendo de forma contínua no estado de São Paulo, confirmando que as “crises” não têm interferido diretamente na ampliação dos canaviais, enquanto que os dados de produção apresentam oscilações, entre os anos de 2010 a 2014.

Tendo em vista a expansão da produção canavieira no estado de São Paulo, entre os anos de 1995 a 2014, voltamo-nos para a territorialização e ampliação da monocultura da cana-de-açúcar na Região Administrativa - RA de Presidente Prudente⁴. Nosso objetivo é mostrar como esta expansão do capital canavieiro nessa região tem de certo modo, prejudicado a população dos municípios canavieiros, sobretudo, a população rural que reside nas proximidades dos canaviais, como por exemplo, os moradores dos Assentamentos Rurais dos municípios de Paulicéia e Tupi Paulista.

A territorialização e dinâmica do agronegócio canavieiro na RA de Presidente Prudente

O processo de territorialização da cana-de-açúcar na RA de Presidente Prudente é recente, se compararmos sua temporalidade com a produção/expansão dessa lavoura, no estado de São Paulo ou mesmo no Brasil.

Pode-se dizer que a expansão do agronegócio canavieiro nessa região aconteceu em dois momentos distintos. Inicialmente, através dos recursos do PRÓALCOOL, quando grandes latifundiários da região, atraídos pelos incentivos fiscais e financeiros advindos do Governo Federal e motivados pela possibilidade de legitimação e valorização de suas terras, se inseriram no circuito do etanol. Posteriormente a partir do ano de 2005, impulsionado por mais um momento de reestruturação do setor canavieiro, em escala nacional⁵.

Nesse momento, a decadência das poucas unidades implantadas na região, somada à concentração de terras baratas, com perfil topográfico favorável à mecanização e disponibilidade de recursos hídricos, atraíram investidores para a região. Diante disso, unidades até então desativadas foram reformadas e simultaneamente, novas agroindústrias mais modernas e mais produtivas foram construídas, ampliando a produção cana-de-açúcar e introduzindo a mecanização agrícola, sobretudo na colheita da cana (THOMAZ JR, 2009; BARRETO, 2012).

Além disso, é importante ressaltar que a região de Presidente Prudente apresenta outras particularidades, grande parte das terras, (aproximadamente 450.000 hectares) são devolutas e deveriam ser destinadas para a Reforma Agrária, mas, estão sendo objeto da expansão do monocultivo da cana-de-açúcar e fortalecimento do capital agroindustrial canavieiro (THOMAZ JR. 2009). Ou seja, a expansão do capital canavieiro na referida região tem contribuído para a legitimação do *grilo* das terras com pendências jurídicas (THOMAZ JR, 2009; SOUZA, 2011; BARRETO, 2012).

⁴ A Região Administrativa de Presidente Prudente engloba 54 municípios no estado de São Paulo, sendo adotada pela Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Regional.

⁵ A implantação e expansão das agroindústrias canavieiras na região de Presidente Prudente é historicamente marcada por violentos conflitos e disputas em torno da propriedade da terra, desse modo, a monocultura da cana-de-açúcar comparece como estratégia de valorização e legitimação dos grandes latifúndios (LEITE, 1998; Feliciano, 2009; THOMAZ JR, 2009).

Na atual conjuntura a região de Presidente Prudente concentra dezoito unidades agroprocessadoras, dentre as quais sete foram desativadas entre os anos de 2010 e 2015, que certamente acarretou impactos na dinâmica social e econômica dos municípios, sobretudo, no cotidiano dos trabalhadores que atuavam nesse processo produtivo.

Dentre as unidades fechadas, destacam-se: Destilaria Paranapanema I, localizada no município de Narandiba, desativada no ano de 2010; Usina Santa Fany, situada em Regente Feijó, com atividades encerradas em 2011; Usina Alvorada do Oeste estabelecida em Santo Anastácio, e Usina Floralco, em Flórida Paulista, ambas desativadas no ano de 2012; Usina Decasa, localizada em Marabá Paulista; e, por fim, a Usina Alcídia, implantada no município de Teodoro Sampaio, em 1981, foi desativada no início de 2015. (Quadro 1).

Quadro 1: Relação de unidades canavieiras na R.A de Presidente Prudente

Razão Social	Município	Ano de Implantação/ Incorporação	Situação
Destilaria Alcídia Ltda/Odebrecht Agroindustrial.	Teodoro Sampaio	1974/2007	Desativada
Usina Alvorada do Oeste S/A.	Santo Anastácio	1979	Desativada
Bioenergia do Brasil S/A	Lucélia	1979	Ativa
Destilaria DECASA Ltda.	Marabá Paulista	1980	Desativada
Alta Paulista Indústria e Comércio Ltda. (USALPA)	Junqueirópolis	1980	Ativa
Destilaria Santa Fany Ltda.	Regente Feijó	1980	Desativada
Usina Branco Peres S/A	Adamantina	1981	Ativa
Destilaria Paranapanema I Ltda/ Umoe Bioenergy ASA – S/A.	Narandiba	1982/2007	Desativada
Usina Alto Alegre S/A	P. Prudente	1996	Ativa
Florida Paulista Açúcar e Etanol S/A (Floralco)	Flórida Paulista	1989	Desativada
ATENA – Tecnologias em Energia Natural Ltda.	Martinópolis	2005	Ativa
Destilaria Paranapanema II - Umoe Bioenergy ASA – S/A	Sandovalina	2006	Ativa
Usina Dracena Ltda/ USALPA	Dracena	2006	Ativa
Usina Caeté S/A	Paulicéia	2007	Ativa
Usina Santa Mercedes Ltda.	Santa Mercedes	2008	Desativada
Usina Cocal II	Narandiba	2008	Ativa
Rio Vermelho/Glencane Bioenergia S/A	Junqueirópolis	2007/2010	Ativa
Usina Conquista do Pontal S/A/ Odebrecht Agroindustrial.	Mirante do Paranapanema	2009	Ativa

Organização: BARRETO, M. J.

Fonte: UDOP/Pesquisa de Campo.

Outro aspecto relevante sobre o fechamento das agroindustriais é que todas as unidades desativadas na RA de Presidente Prudente foram construídas no período do

PROÁLCOOL, com o objetivo de produzir etanol, enquanto destilarias autônomas, exceto a Usina Santa Mercedes⁶ que foi construída em 2008, mas nunca entrou em funcionamento.

Além do mais, vale ressaltar que parte das empresas desativadas passaram por crises, falências e, conseqüentemente, reformas e expansão de canaviais, no início dos anos 2000, através de financiamentos disponibilizados pelo governo federal. Destaque, para a Destilaria Decasa que no ano de 2008 construiu a fábrica de açúcar, e a usina Alcídia que antes de ser desativada, passou pelo processo de *retrofit* para produção de energia elétrica.

Também é importante mostrar que entre as dez unidades ativas, três unidades estão associadas a grupos de capital internacional, tais como: Usina Rio Vermelha implantada no município de Junqueirópolis no ano de 2007, e incorporada pela *trading* suíça Glencore (Glencane Bioenergia S/A) no ano de 2010; Destilaria Paranapanema I, implantada no município de Narandiba em 1982, incorporada pela Santa Albertina, de Sertãozinho, em 1998, e mais tarde, em 2007, vendida para a Umoe Bioenergy; e, a Usina Alcídia, construída no ano de 1974 no município de Teodoro Sampaio, incorporada no ano de 2007 pelo Grupo Odebrecht Agroindustrial.

Após as incorporações, por meio de financiamento estatal do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a Umoe Bioenergy, construiu uma nova unidade agroprocessadora, a Destilaria Paranapanema II, situada no município de Sandovalina, e o Grupo Odebrecht Agroindustrial investiu na construção da Usina Conquista do Pontal, no município de Mirante do Paranapanema. Cabe enfatizar, que após a construção dessas unidades, os referidos grupos desativaram as unidades antigas (Destilaria Paranapanema I e Usina Alcídia, estabelecidas no município de Narandiba e Teodoro Sampaio, respectivamente) (BARRETO, 2012).

Frente ao processo constante de reorganização do território, os grandes grupos (Odebrecht Agroindustrial e Umoe Bioenergy), somados a outras unidades, sobretudo Cocal, Caeté, Usalpa, Rio Vermelho e Alto Alegre, têm incorporado os canaviais das unidades desativadas. Outro ponto a ser destacado, é que a USALPA, unidade agroprocessadora situada no município de Junqueirópolis arrendou em meados de 2015 a planta agroprocessadora da usina Dracena, até então desativada, para processar seus canaviais.

Sobre o encerramento das atividades de inúmeras unidades canavieiras na região em análise, é importante ressaltar, que embora esse processo esteja atrelado à atual crise enfrentada pelo setor, ele também é influenciado pela má gestão, sempre pautada nos recursos liberados pelo Estado, e também pelo processo de incorporação do capital canavieiro por grupos de capital internacional (VIAN, 2003, BELLENTANI, 2014).

Nesse caso, os grandes grupos, estrategicamente buscam concentrar a produção em uma única planta agroprocessadora, ao desativar a unidade com menor capacidade de processamento⁷.

Todavia, isso não significa que a área cultivada com a cana-de-açúcar tenha diminuído. Ao contrário, aumentou. Assim sendo, entende-se que não se pode atribuir o fechamento de unidades agroprocessadora somente à crise econômica, financeira das empresas etc., mas também é necessário relacioná-lo com o processo de reorganização territorial do capital, que por sua vez, sinaliza para o processo de territorialização do monopólio canavieiro. Dessa forma, unidades agroprocessadoras estão sendo desativadas, mas, os canaviais (as terras e a matéria-prima) estão sendo estrategicamente incorporados (via

⁶ A Unidade Santa Mercedes foi construída, implantaram-se os canaviais, mas, não entrou em funcionamento, tendo a usina Caeté situada em Paulicéia, incorporado sua licença ambiental e todos os canaviais.

⁷ Podemos citar como exemplo, na RA de Ribeirão Preto, os casos das unidades ligadas ao grupo Biosev que desativou duas unidades agroprocessadora (Usina São Carlos no município de Jaboticabal e Usina Jardest de Jardinópolis), para concentrar sua produção na Usina Santa Elisa, localizada no município de Sertãozinho, com capacidade de processamento superior as unidades desativadas.

arrendamento ou compra), pelas grandes empresas, especialmente aqueles com capital aberto, demonstrando uma clara concentração.

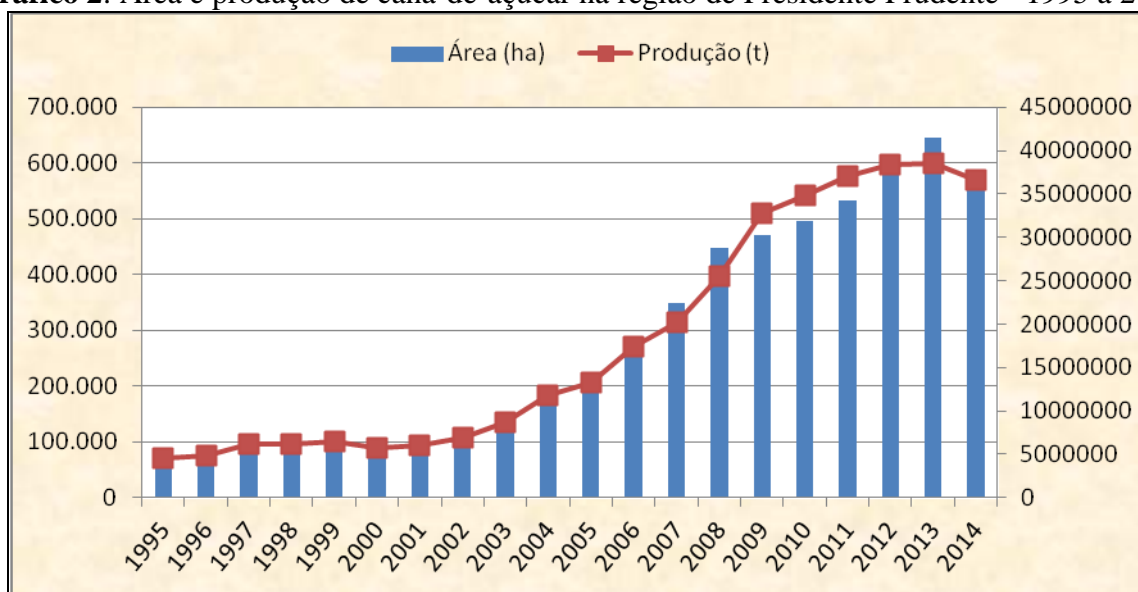
Nesse cenário, Bellentani (2014) observa que até a década de 1990, as empresas canavieiras ainda eram comandadas majoritariamente por grupos familiares nacionais, que dominavam a produção e o controle do território. Com a desregulamentação e as novas estratégias de produção e competição no mercado, tem-se observado a entrada de grupos de capital estrangeiro, que têm investido e transformado de modo representativo a estrutura produtiva, assim como têm provocado novos rearranjos territoriais, sobretudo nos locais onde são implantados (BELLENTANI, 2014) ⁸.

Assim sendo, entende-se que as “crises” e as contrapartidas estatais têm evidenciado o processo de concentração de terras e, conseqüentemente, a territorialização dos monopólios ligados ao capital agroindustrial canavieiro por parte dos grandes grupos, que por sua vez, tem alterado a dinâmica e o reordenamento territorial, na região em destaque⁹.

Frente ao cenário exposto voltamo-nos para o uso e aproveitamento das terras agricultáveis da produção de cana-de-açúcar, a partir dos dados analisados entre os anos de 1995 a 2014. (Gráfico 2).

Nesse sentido, quando observamos a área e a produção da monocultura da cana-de-açúcar na região em destaque, nota-se uma curva ascendente, evidenciando intenso processo de expansão da lavoura na região nos últimos 10 anos, com breve redução no ano de 2014.

Gráfico 2: Área e produção de cana-de-açúcar na região de Presidente Prudente - 1995 a 2014



Fonte: Instituto de Economia Agrícola

Organização: M. J. Barreto 2015

A partir do Gráfico 2 é possível notar que a expansão da cana-de-açúcar na região de Presidente Prudente tem sido contínua desde o ano de 2003. Destaca-se que, entre os anos de 1995 a 2003, tanto a área cultivada quanto a produção se apresentavam relativamente baixas, fato que pode ser atribuído ao momento de crise em decorrência do encerramento dos recursos do PROALCOOL. Nesse período, inúmeras unidades agroprocessadoras na região

⁸ Nesse caso, vale ressaltar que embora a estrutura produtiva do setor canavieiro tenha passado por um processo de transformação profunda, sobretudo a partir da década de 1990 com a desregulamentação, a estrutura fundante ainda permaneça praticamente a mesma (o latifúndio, a monocultura e o trabalho precário).

⁹ Esta questão será aprofundada no próximo relatório, para mais detalhes ver THOMAZ JR, 1989.

ficaram inoperantes, ou seja, foram desativas. Entre as dez até então construídas nesse período (década de 1970 e 1980), sete foram desativadas, como foi apresentado no quadro 1.

Dessa forma, pode-se dizer que a ascensão (a partir do ano de 2004) verificada no Gráfico 2 é marcada pelos benefícios das políticas e acordos proporcionados pelo Governo Lula (2003-2010), com os Estados Unidos, União Europeia, China, Japão etc., por meio da fabricação e a venda dos automóveis movidos a agrocombustíveis (THOMAZ JR., 2009; BARRETO, 2012). Portanto, a partir dos anos de 2006/2007 as unidades canavieiras até então desativadas passaram por reformulação e voltaram a processar a cana-de-açúcar e, concomitantemente, novas unidades foram construídas, impulsionando a expansão dos canaviais¹⁰.

De modo geral, o Mapa 1 apresenta a expansão da monocultura da cana-de-açúcar, entre os anos de 1995 e 2014, período que engloba tanto situações de crises com fechamento de unidades canavieiras (1995 e 2008), assim como a fase de expansão a partir de 2003, com reforma e reativação de unidades até então desativadas, somadas à construção de novas unidades e expansão de canaviais.

Na RA de Presidente Prudente, por exemplo, ainda apresenta cinco municípios em que a produção da cana-de-açúcar para a indústria está abaixo de mil hectares, entre os quais se destacam: Indiana, Nova Guataporanga, Pracinha, Álvares Machado e Alfredo Marcondes. Destaque para os municípios de Álvares Machado e Alfredo Marcondes que não contam com área dessa lavoura para a indústria, fato que é atribuído às características do relevo, mais acidentado que em outras áreas localidades da região, e também pela organização territorial dos municípios, basicamente composta por pequenas propriedades rurais, com áreas voltadas à produção de alimentos¹¹.

Outro aspecto relevante da RA de Presidente Prudente no que concerne área cultivada com a cana-de-açúcar, é que em 30 municípios, a área ocupada varia entre 1 mil e 10 mil hectares, dentre os quais aparecem: Anhumas, Caiabu, Caiuá, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Flora Rica, Inúbia Paulista, Irapuru, Lucélia, Mariápolis, Monte Castelo, Osvaldo Cruz, Ouro Verde, Pacaembu, Panorama, Piquerobi, Presidente Bernardes, Presidente Prudente, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sagres, Salmorão, Santa Mercedes, Santo Anastácio, Santo Expedito, São João do Pau d'Alho, Tarabai e Tupi Paulista.

Entre os municípios citados Lucélia e Presidente Prudente, são sedes de unidades agroprocessadoras atuantes (Bionergia e a Usina Alto Alegre), mas a produção de cana-de-açúcar é baixa, o que evidencia que tais empresas têm produzido matéria-prima em outros municípios da região. Além desses, destacam-se também os municípios de Santo Anastácio, Regente Feijó e Santa Mercedes, os quais possuíam área cultivada superior a 10 mil hectares e que tiveram redução em termos de área cultivada, fato que podemos atribuir ao fechamento das unidades canavieiras.

A RA de Presidente Prudente ainda conta com sete municípios cuja área cultivada varia entre 10 e 20 mil hectares, entre esses: Taciba, Presidente Venceslau, Pauliceia, Nantes, Iepê, Dracena e Adamantina. Vale destacar que todos os municípios citados apresentaram evolução no cultivo da cana-de-açúcar, e três deles (Pauliceia, Dracena e Adamantina) contam com unidades agroprocessadoras em produção.

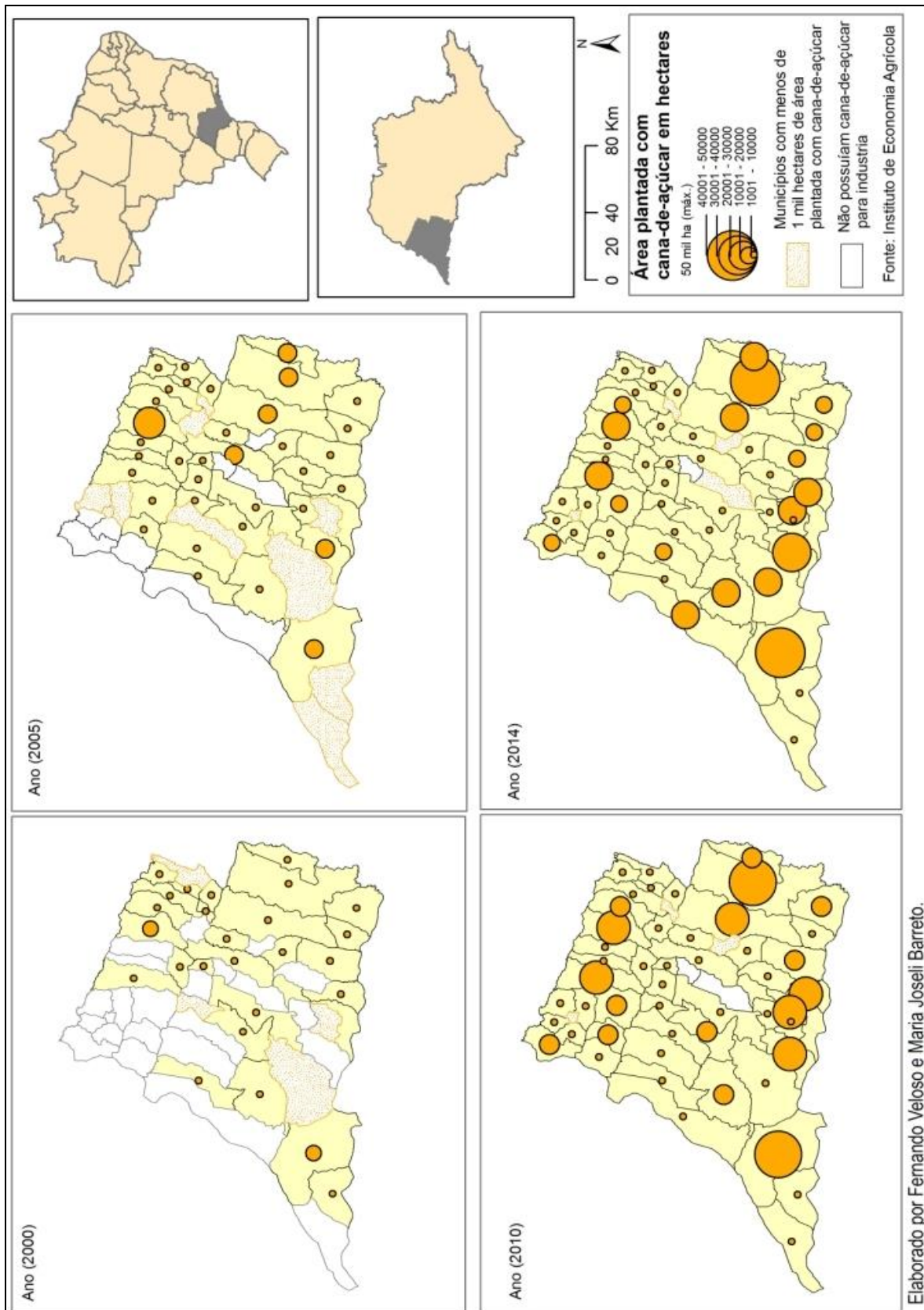
Somado a esses se destacam os municípios cuja lavoura da cana-de-açúcar se encontra entre 20 e 30 mil hectares, dentre os quais: Presidente Epitácio, Pirapozinho, Narandiba, Mirante do Paranapanema, Martinópolis, Marabá Paulista, Junqueirópolis, João Ramalho e Flórida Paulista. Destaque para o município de Mirante do Paranapanema, cuja área de

¹⁰ Mais detalhes ver BARRETO (2012)

¹¹ Informações obtidas junto ao representante do EDR de Presidente Prudente.

produção passou de 7,8 mil hectares para mais de 21 mil hectares entre os anos de 2010 e 2014. (Mapa 5).

Mapa 1 - Área cultivada com a lavoura da cana-de-açúcar nos municípios da RA de Presidente Prudente.



Por fim, destacam-se os municípios da região, cuja produção já ultrapassou a marca de 30 mil hectares cultivada com cana-de-açúcar, dentre os quais: Rancharia, Teodoro Sampaio e Sandovalina. Destaque para o município de Sandovalina que até o ano 2000, não apresentava nenhuma produção de cana-de-açúcar para a indústria e no ano de 2014 sua área já ultrapassa os 33 mil hectares, enquanto que o município de Rancharia já alcançou 50 mil hectares de cana-de-açúcar, embora não abrigue nenhuma unidade agroprocessadora.

Diante desse cenário de expansão dos canaviais é importante ponderar que o avanço da monocultura da cana-de-açúcar tem gerado inúmeros problemas à sociedade, sobretudo, para a população (rural e urbana), que reside próxima ou estão cercadas por canaviais.

Dentre os problemas sinalizados, decorrentes da expansão dos canaviais destaca-se (aumento de acidentes com animais peçonhentos, doenças zoonóticas e perda de outras culturas a partir do uso dos agroquímicos). No próximo item buscaremos fazer algumas considerações sobre esses impactos nos Assentamentos Rurais Santo Antonio e Regência em Paulicéia e o Santa Rita I, situado em Tupi Paulista.

A implantação dos Assentamentos Rurais nos municípios de Paulicéia e Tupi Paulista

A implantação dos Assentamentos Rurais na RA de Presidente Prudente faz parte do processo geral de luta pela terra que ocorre na região do Pontal do Paranapanema e, em parte da Nova Alta Paulista desde a década de 1980. Esse fato foi gerado pelo grande contingente de trabalhadores e trabalhadoras desempregados, a maioria expulsa do campo pela “modernização” da agricultura, juntaram suas forças e uniram-se aos movimentos de luta pela Terra, entre os quais o MST, na luta pelo direito de acesso a terra (LIMA, 2006).

Entretanto, é relevante destacar que esses assentamentos em destaque, passaram por processos de formação distintos. Enquanto os Assentamentos do município de Paulicéia (Antonio, Regência) foram conquistados a partir da luta pela terra, o Assentamento Santa Rita I de Tupi Paulista é fruto de um acordo entre o proprietário da fazenda e o ITESP.

Nesse sentido, Feliciano (2009) explica que o Assentamento Santa Rita I, não teve a atuação direta dos movimentos sociais, foi criado no ano de 1997 em virtude de acordo entre fazendeiro e ITESP. Segundo o autor, a Procuradoria do Patrimônio do Estado de São Paulo no ano de 1959 iniciou o processo de legitimação das áreas devolutas, mesmo em áreas superiores a 500 hectares. Dessa forma, o governo estadual expediu títulos parciais de títulos de domínio e legitimou quase todos os ocupantes “grileiros”.

Feliciano (2009) esclarece que nem todos os fazendeiros/grileiros optaram por fazer a regularização ou a legitimação das terras. Assim ao efetuar-se o levantamento nas áreas superiores a 500 hectares em perímetros transitórios e julgados como devolutos, o ITESP constatou que a Fazenda Santa Rita, no município de Tupi Paulista, com aproximadamente 750 hectares, aparecia como não legitimada.

Diante disso, o ITESP fez o laudo de vistoria indenizatória em outubro de 1997. No entanto, o fazendeiro contratou uma empresa de Batatais, oito meses antes para confeccionar a avaliação, denotando que a negociação já tinha se iniciado antes mesmo do laudo oficial. O valor de avaliação do ITESP foi de R\$ 400.057,00 (R\$ 533,44 por hectare) e do fazendeiro R\$ 1.030.295,92 (R\$ 1.373,80 por hectare). O valor final acordado foi de R\$ 750.000,00 (R\$ 1000,06 por hectare).

De acordo com Feliciano (2009), a maioria das famílias desse assentamento era de arrendatários oriundos da própria região de Dracena e Junqueirópolis, que por meio do poder público municipal buscaram o projeto de assentamento, sem a necessidade de ocupações e de acampamentos.

Nesse sentido, o autor destaca que o grupo somente se fez valer da prática da ocupação quando soube do acordo do fazendeiro com o ITESP, a fim de que esta não fosse reivindicada por outros movimentos sociais. Essa é uma característica peculiar que diferencia o Santa Rita I dos demais assentamentos da região oeste do estado de São Paulo, pois não houve luta organizada e pressão dos movimentos sociais de luta pela terra junto ao Estado por meio de ocupação da área.

O assentamento estadual foi criado oficialmente no ano de 1997 com 31 famílias, tendo, em média, 19 hectares cada lote. Para Feliciano (2009) mesmo as famílias, não participando da luta travada pelos movimentos camponeses, nas inúmeras ocupações, reintegrações, despejos, ameaças etc., foram igualmente “sem-terras”, pois viviam da sua força de trabalho, por meio do arrendamento em outras propriedades na região. (FELICIANO, 2009). Para o autor, o fato de não ter se mobilizado em torno de movimentos organizados de luta pela terra, ou mesmo ter participado de acampamento e de disputas de reintegração de posse, não altera a identidade “sem terra” do grupo.

Já no município de Paulicéia a estrutura fundiária é mais concentrada em relação a Tupi Paulista, e não há diversificação produtiva em termos de lavouras. Todavia, é um município que desde a década de 1990 tem atuação forte dos movimentos sociais de luta pela terra.

Nesse caso, a primeira atuação dos movimentos sociais de luta pela terra no município aconteceu a partir da mobilização para a desapropriação da fazenda “Seme Nametala Rezek” com aproximadamente 3.000 hectares para fins da reforma agrária; e, e depois em decorrência da desapropriação da população ribeirinha em razão da construção do lago da Usina Hidrelétrica de “Porto Primavera”¹² no rio Paraná¹³.

Segundo Feliciano (2003) as famílias acampadas no município de Paulicéia eram, em sua maioria, da própria região de Dracena: Ouro Verde, Tupi Paulista, Nova Guataporanga, Santa Mercedes, São João do Pau d’Alho, Monte Castelo e de Paulicéia, além de municípios próximos, como Andradina e Castilho.

Com relação aos acampamentos o autor destaca que inicialmente o acampamento denominado Boa Esperança contou, com aproximadamente 350 famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Mas, com as sucessivas reintegrações de posse, o número de famílias diminuiu e começaram a surgir as divergências políticas internas, que resultou na separação do grupo, com 90 famílias ligadas ao MST (Acampamento Boa Esperança) e 65 famílias dissidentes (Acampamento Novo Eldorado)¹⁴.

Somente após um longo e difícil processo de luta os trabalhadores conseguiram a terra. Os Assentamentos Regência e Santo Antônio foram oficialmente criados no ano de 2002, e as famílias tiveram o reconhecimento dos lotes no ano de 2004. A área total das fazendas era de aproximadamente 3 mil hectares (mais especificamente 2.920,80 hectares), mas apenas 1.041,41 foram desapropriados para a reforma agrária, ou seja, 35,7% da área total. Como já havia um número representativos de famílias na área, o INCRA reduziu os lotes, em termos de área, para cerca de hectares.

Nesse caso, é relevante destacar que área da fazenda que não foi desapropriada para a reforma agrária, atualmente encontra-se, com a lavoura da cana-de-açúcar, arrendada para a

¹² Conforme o *site* da Companhia Energética do Estado de São Paulo – CESP, a primeira etapa do enchimento do reservatório, na cota 253 metros, foi concluída em dezembro de 1998 e a segunda etapa, na cota 257 metros, em março de 2001. Informações disponíveis em <<http://www.cesp.com.br/>> acessado em 01/09/15.

¹³ Ao refletir sobre os camponeses de Paulicéia Feliciano (2003) destaca-se que o tempo de luta, uma vez que a primeira ocupação ocorreu em 1993, às diversas variações na coordenação e liderança do acampamento, levou-o a classificar o grupo como “movimento camponês independente”, juntamente com os movimentos de acampados de Itapura e Rincão no estado de São Paulo.

¹⁴ Mais detalhes ver Feliciano (2003 e 2009).

Usina Caeté de Paulicéia. No ano de 2001 também foi criado Assentamento Buritys conta com 54 famílias numa área de 2.209,5 hectares, em razão da construção do lago da hidrelétrica no município de Rosana.

Apesar da implantação de Assentamentos Rurais, a atuação dos movimentos de luta pela terra segue intensa nesse município, com quatro acampamentos rurais, agregando mais de 160 famílias organizadas por sindicatos rurais da região, contando com apoio da CONTAG/CUT (FELICIANO 2009; VELOSO, 2015). A fazenda Bandeirante, no município de Paulicéia tem área de 1.500 hectares e em virtude de sucessivas ocupações e reintegrações de posse, ainda conta com famílias acampadas vinculadas ao MST. A última reintegração de posse ocorreu em março de 2015, evidenciado que o conflito nesse município se mantém latente.

Atualmente o município de Paulicéia conta com dois assentamentos rurais de Reforma Agrária com origem na luta dos trabalhadores e um reassentamento indenizatório da CESP, em que os assentados trabalham para retirar seu sustento. Contudo, a implantação da Usina Caeté no ano de 2007, do grupo Carlos Lyra acarretou a expansão da monocultura da cana-de-açúcar para a região dos assentamentos, os quais atualmente encontram-se “ilhados” em meio aos canaviais.

Quanto ao município de Tupi Paulista embora não seja sede de nenhuma unidade agroprocessadoras de cana-de-açúcar tem boa parte de suas terras agricultáveis tomadas por canaviais das agroindústrias da região, que tem trazido inúmeros prejuízos tanto para os assentados do Assentamento Santa Rita I, como para parte dos agricultores tradicionais que se dedicam a produção de gêneros alimentícios (hortaliças, leguminosas, frutas etc.).

Os impactos do agronegócio canavieiro nos assentamentos Santo Antonio, Regência e Santa Rita I

De modo geral, os representantes do setor canavieiro, defendem em seu discurso que a expansão da produção canavieira contribui para a geração de empregos, renda e conseqüentemente desenvolvimento econômico nas regiões e municípios onde são implantadas as unidades canavieiras. Contudo, é importante lembrar que, embora essas empresas produzam empregos nos municípios em que está instalada¹⁵, sua implantação também propicia uma série de impactos sociais e ambientais, dentre os quais se destacam a perda da produção de assentados e agricultores convencionais a partir da deriva de agrotóxicos e de eventuais queimadas nos canaviais, com destaque para perda de produção de outras culturas, especialmente gêneros alimentícios nos assentamentos rurais da região¹⁶.

Os problemas provocados pelo efeito da deriva dos agrotóxicos - via pulverização aérea (avião) ou terrestre (trator), tem prejudicado de forma direta o desenvolvimento da produção agrícola nos assentamentos rurais e nas pequenas propriedades rurais, sobretudo entre aquelas que se dedicam a produção de gêneros alimentícios, sericultura e leite, e têm sido observado em vários municípios da RA de Presidente Prudente¹⁷. Além disso, é importante lembrar que as conseqüências trazidas pela expansão da monocultura da cana-de-açúcar não se restringe

¹⁵ Cabe lembrar que, embora não seja objetivo desse texto discutir a quantidade e qualidade dos empregos produzidos pelo setor canavieiro, a temática também será debatida ao longo dessa pesquisa.

¹⁶ No que se refere aos impactos que a monocultura da cana-de-açúcar pode trazer para os municípios canavieiros tem-se observado sobrecarga na saúde pública e no serviço social, no setor imobiliário (aumento dos alugueis), desgaste de pontes e estradas rurais devido ao trânsito intenso de treminhões e máquinas pesadas, derrubada de árvores para favorecer a colheita mecanizada entre outros. (Mais detalhes ver Barreto, 2012).

¹⁷ Nesse caso, é relevante destacar que a problemática relacionada à perda de produção decorrente da deriva dos agrotóxicos utilizados na cana-de-açúcar também tem sido observada em outros municípios da Região de Presidente Prudente tais como: Martinópolis, Sandovalina, Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema, Junqueirópolis, Adamantina entre outros.

apenas aos municípios que abrigam as unidades canavieiras, mas também àqueles que têm suas terras agricultáveis tomadas pelos canaviais¹⁸.

Além da deriva do agrotóxico, os moradores dos assentamentos rurais Santo Antonio, Regência e Santa Rita I sinalizam também problemas com a queima da palha da cana-de-açúcar, que embora esteja sendo extinta de maneira gradativa no estado de São Paulo, ainda existe. Por isso, também tem sido apontada como um problema a ser enfrentado pela população rural que reside próximo dos canaviais¹⁹.

No que diz respeito aos problemas ocasionado pelo efeito deriva da pulverização nos canaviais, a Assentada S. S. M. - 55 anos, moradora do Assentamento Santa Rita I em Tupi Paulista relatou que perdeu toda sua produção (hortaliças, legumes, acerola, mandioca, abobrinha, urucum e outros), os quais também eram vendidos para o PAA, PNAE e PPAIS após uma pulverização no canavial que fica vizinho de cerca com seu lote.

Nesse viés, a Assentada relatou que no final da tarde, um trator com pulverizador mecânico aplicou os herbicidas (Velpark e Gamit) no canavial vizinho a seu lote. Diante da possibilidade do produto utilizado no canavial afetar sua produção, já que ventava em direção ao seu lote, o seu esposo foi até o tratorista perguntar se os produtos utilizados não afetaria a produção do lote. Mas, o tratorista garantiu que não haveria problemas e passou os nomes dos herbicidas (Velpark e Gamit).

Entretanto, após três dias toda sua produção (hortaliças, legumes, acerola, mandioca e parte do urucum) começou a amarelar. Diante disso, chamou o técnico o ITESP, que ao analisar a situação das lavouras, os orientou a fazer um Boletim de Ocorrência, já que os produtos utilizados eram de classificação altamente tóxica de classe II e que pela sua descrição foi utilizado numa área com alto risco de contaminação (vizinha ao Assentamento Santa Rita I) além das condições climáticas também estarem impróprias para a aplicação (pois ventava no momento).

Segundo a assentada após efetuar o Boletim de Ocorrência, procurou a empresa canvieira responsável pelo canavial, que se isentou do problema argumentando que a pulverização dos canaviais é realizada por empresa terceirizada, que por sua vez responsabilizou o trabalhador²⁰.

A Assentada finalizou dizendo que há aproximadamente um ano (outubro de 2014) corria um processo na justiça contra a empresa proprietária do canavial, devido à perda total de sua produção. Todavia, se mostra pessimista em relação aos resultados, e que estavam parados há mais de seis meses sem obter renda, pois tudo que produzia era comercializado junto aos mercados institucionais (PAA, PNAE e PPAIS).

O relato apresentado pela assentada S. S. M. é mais um entre os inúmeros casos de assentados e agricultores familiares convencionais que tem perdido suas produções na RA de Presidente Prudente, frente aos avanços dos canaviais - ou seja, sua história se confunde com a de dezenas de outros assentados que ao longo dos anos tem acumulado perdas sem perspectivas de indenizações ou retorno, numa ação desmedida do agronegócio canvieiro.

¹⁸ Desse modo, a pesquisa de campo possibilitou notar que a região concentra tanto municípios que abrigam canaviais, quanto aqueles que se inserem nas tramas do capital, ao fornecer somente mão de obra às unidades canavieiras.

¹⁹ Informações obtidas por meio de trabalhos de campo realizado nos meses de setembro de 2014 em Paulicéia e de outubro de 2014 no município de Tupi Paulista.

²⁰ Informações obtidas em trabalho de campo realizado entre os dias 03 a 24 de outubro de 2014. Vale acrescentar que nos dias que visitamos os assentamentos a área com milho estava danificada pela queimada do canavial, onde a assentada perdeu parte da produção.

Além do problema da deriva, a população rural dos referidos assentamentos também tem enfrentado problema com as queimadas em canaviais, mesmo essa sendo proibida²¹.

Nesse caso, a Assentada M. T. D. 49 anos, do Assentamento Regência relatou que por diversas vezes acordou durante a noite com calor do canavial incendiado, fato também que trouxe prejuízo para a produção que cultivava próxima a estrada que divide o assentamento do canavial.

O depoimento da assentada se soma a de outros moradores como o de G. B - 62 anos que relatou a sobre a insegurança de permanecer em casa durante o processo de queima dos canaviais. Segundo ele, por várias vezes deixou sua casa por medo da proximidade das chamas, além do problema da fumaça e da fuligem. O entrevistado ainda acrescentou, “todas as vezes que se queima os canaviais, os assentados vão à empresa reclamar, e todas às vezes, se alega que os incêndios são criminosos, mas não são. O pessoal vê os trabalhadores fazendo o serviço”²².

Nesse sentido, Roseiro e Takayanagui (2004) argumentam que a queima da palha da cana de modo geral, trazem uma série de prejuízos ambientais, porque cooperam para a morte de animais e plantas gerando o desequilíbrio ecológico, invadem áreas de nascentes cercadas por vegetação ciliar, abrangem *acidentalmente* ou não as áreas de preservação permanente, destruindo florestas inteiras. Além de “interferir diretamente na saúde da população, pois a combustão da palha da cana-de-açúcar libera poluente e trazendo prejuízos à qualidade do ar, e, conseqüentemente, da saúde, pela excessiva emissão de monóxido de carbono e ozônio”. (ROSEIRO; TAKAYANAGUI, 2004, p. 80).

Algumas considerações

De modo geral, o trabalho buscou apresentar algumas reflexões sobre parte dos resultados das pesquisas que estamos desenvolvendo nos municípios da RA de Presidente Prudente, principalmente no que tange a expansão da monocultivo de cana-de-açúcar e seus impactos.

Os trabalhos de campo na região tem sido reveladoras. As visitas nos municípios canavieiros e o diálogo estabelecido com a população urbana e rural têm revelado os efeitos que a expansão da monocultura da cana-de-açúcar promove para aqueles que se veem cercados pelos canaviais, sejam nos núcleos urbanos, assentamentos rurais e pequenas propriedades rurais.

Nesse caso, também é importante lembrar que os problemas relatados, não são restritos aos referidos assentamentos, mas disseminado em grande parte da região. Ou seja, a problemática da deriva do agrotóxico utilizado nos canaviais da região tem incomodado e causado prejuízos em inúmeros municípios. Dentre os municípios onde a população rural sinalizou esse tipo de problema destacam-se: Mirante do Paranapanema, Martinópolis, Marabá Paulista, Teodoro Sampaio, Narandiba, Sandovalina, Bastos, Parapuã, Tupi Paulista e Paulicéia.

Embora parte dos assentados e produtores convencionais que foram impactados tenha reagido diante do problema, solicitando a realização de Audiências Públicas ou mesmo entrando na Justiça contra as empresas pelas perdas, os problemas de contaminação de lavouras e na produção ainda persistem.

Referências Bibliográficas

²¹ Cabe acrescentar que nos dias que visitamos o Assentamento Regência no município de Paulicéia a área com milho de um lote visitado estava danificada pela queimada do canavial, onde a assentada perdeu parte da produção.

²² Informação oral obtidas em trabalho de campo realizado nos dias 18 e 19 de setembro de 2014.

BARRETO, M. J. **Dinâmica Geográfica da Expansão da Agroindústria Canavieira no Pontal do Paranapanema e os Desdobramentos para o Trabalho:** Os casos da Usina Alvorada do Oeste e da Destilaria Decasa. Presidente Prudente/UNESP, 2008. (Monografia de Bacharelado).

_____. **Territorialização das Agroindústrias Canavieiras no Pontal do Paranapanema e os Desdobramentos para o Trabalho.** 2011. 245 f. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

BELLENTANI, Natália Freire. **A territorialização dos monopólios no setor sucroenergético.** 2014. 175f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

FELICIANO, C. A. **O Movimento Camponês Rebelde e a Geografia da Reforma Agrária.** 2003, 246 p. (Dissertação de Mestrado em Geografia) Universidade São Paulo/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2003.

FELICIANO, C. A. **Território em Disputa:** Terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema. 2009, 573 p. (Tese de Doutorado em Geografia) Universidade São Paulo/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2009.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema.** São Paulo: Hucitec/Fundação Unesp, 1998. [1981]

LIMA, E. C. **Os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema (SP):** dissidência e dinâmica territorial. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia, (Dissertação de Mestrado em Geografia), 132 f. 2006.

RAMOS, Pedro. **Agroindústria Canavieira e Propriedade Fundiária no Brasil.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1999. 245p.

ROSEIRO, M. N, TAKAYANAGUI, Â. M. M. **Meio ambiente e poluição atmosférica: o caso da cana-de-açúcar.** In: Rev. Saúde. Vol. 30 (1-2): 76-83, 2004. Disponível in: <http://w3.ufsm.br/revistasaude/2004/30%281-2%2976-83,%202004>.

SOUZA, S. M. R. de. **A Emergência do Discurso do Agronegócio e a Expansão da Atividade Canavieira:** Estratégias Discursivas para Ação do Capital no Campo. 2011. (Tese de Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências Tecnologia/Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

THOMAZ JR., A. **A territorialização do monopólio:** As agroindústrias canavieiras na região de Jaboticabal. São Paulo: Universidade de São Paulo/Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas, (Dissertação de Mestrado). 1989.

_____. **Por trás dos canaviais os “nós” da cana** (A relação capital X trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

_____. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI:** (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos). 2009. 997p. Tese (livre-docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

VELOSO, F. **Os efeitos territoriais dos Programas de Compra Governamental da Produção Familiar Rural na Região de Dracena.** 2015. 287 f. (Relatório de Qualificação de Doutorado em Geografia)- Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. **Agroindústria Canavieira: estratégias competitivas e modernização.** Campinas: Ed. Átomo, 2003. 216p.